



CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90.001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01.268/2025

ÓRGÃO INTERESSADO: SECRETARIA DE HABITAÇÃO

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Serviços Técnicos, Administrativos, Jurídicos, Urbanísticos, Ambientais e Sociais para fins de Regularização Fundiária de Núcleos Urbanos Informais Consolidados no Município de Osasco/SP.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.438.522,60 (Três milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, quinhentos e vinte e dois reais e sessenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 08/04/2026 ÀS 10h (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

UASG:

450573

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

TÉCNICA E PREÇO

REGIME DE EXECUÇÃO:

EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

MODO DE DISPUTA:

FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA:

NÃO



Sumário

1. OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	6
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DAS PROPOSTAS TÉCNICAS.....	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	10
7. FA FASE DE JULGAMENTO.....	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
9. DOS RECURSOS	24
10. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE....	25
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	27
12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.....	30
13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	30
14. DAS CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.....	30
15. DO REAJUSTE.....	30
16. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL	30
17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	30
18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	30

Este Edital, seus anexos, e o resultado da Concorrência, constarão no sistema Compras.gov, bem como do site: <http://transparencia.osasco.sp.gov.br>.



EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90.001/2026

(Processo Administrativo nº 01.268/2025)

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE OSASCO**, pela **SECRETARIA DE HABITAÇÃO** e por meio da **SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, sediada na Rua Narciso Sturlini, 161 – Centro – Osasco/SP, CEP 06018-100, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, modo de disputa **FECHADO**, critério de julgamento **“TÉCNICA E PREÇOS”**, no regime de execução **“EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO”**, nos termos da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto Municipal nº 13.877, de 30 de agosto de 2023](#), do [Decreto Municipal nº 13.964 de 09 de novembro de 2023](#) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de Empresa Especializada em Serviços Técnicos, Administrativos, Jurídicos, Urbanísticos, Ambientais e Sociais para fins de Regularização Fundiária de Núcleos Urbanos Informais Consolidados no Município de Osasco/SP, à Prefeitura Municipal de Osasco/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em **único item**.

1.3. **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 3.438.522,60 (Três milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, quinhentos e vinte e dois reais e sessenta centavos). Data-base: COT. EXT. DEZ/2025 - JAN/2026 e SIURB-07/2025.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no compras.gov.br e as especificações constantes deste edital, **prevalecerá a última**.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no **SICAF** até o **terceiro dia útil anterior** à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais



danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no **item anterior** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no **item anterior** poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual – MEI.

2.7. **Não poderão disputar esta licitação:**

- 2.7.1. **Aquele** que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2. **Sociedade** que desempenhe **atividade incompatível** com o objeto da licitação;
- 2.7.3. **Empresas estrangeiras** que **não tenham representação legal no Brasil** com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4. **Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica**, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5. **Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo**, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6. **Pessoa física ou jurídica** que, ao tempo da licitação, tenha sido declarada **inidônea** ou que esteja **impedida e/ou suspensa** de licitar e contratar com o **Município de Osasco-SP**. As sanções de impedimento ou suspensão temporária aplicadas por órgãos/entidades da Administração federal ou estadual não refletem na participação deste certame.
- 2.7.7. **Aquele que mantenha vínculo** de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil **com dirigente** do órgão ou entidade contratante **ou com agente público** que desempenhe função na licitação ou



atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. **Empresas controladoras, controladas ou coligadas**, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

2.7.9. **Pessoa física ou jurídica** que, nos **5 (cinco) anos anteriores** à divulgação do edital, tenha sido **condenada judicialmente, com trânsito em julgado**, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. **Agente público** do órgão ou entidade licitante, inclusive, esta vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

2.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - **OSCIP**, atuando nessa condição;

2.8. **Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato**, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o **item 2.7.6** será também aplicado ao licitante que **atue em substituição** a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. **A critério da Administração** e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 2.7.4 e 2.7.5** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos **itens 2.7.4 e 2.7.5** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por



organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

2.14. A vedação de que trata o **item 2.7.10** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.15. As sociedades cooperativas **poderão** participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação **sucedará** as fases de apresentação de propostas e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante **declarará, em campo próprio do sistema, que:**

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que **cumpre plenamente os requisitos de habilitação** definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. **Não emprega menor de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. Não possui **empregados** executando **trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. Cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.



4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos [no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021;

4.5.2. Na hipótese de se verificar a exceção especificada no item 4.5.1, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006;

4.5.3. Considerando que, nesta Concorrência, a participação é ampla, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;



- 4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 4.3 ou 4.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.
- 4.10. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o **subitem 8.13.1**.
- 4.11. **Caberá ao licitante** interessado em participar da licitação **acompanhar as operações** no sistema eletrônico durante o processo licitatório e **se responsabilizar** pelo ônus decorrente da perda de negócios **diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão**.
- 4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

- 5.1. As Propostas de Preços (**ANEXOS III, V e VIII**) e as Propostas Técnicas (**ANEXO VII**) deverão ser encaminhadas por meio do sistema eletrônico disponível no sítio www.gov.br/compras, podendo ser substituídas ou excluídas até a data e horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, momento em que se encerra a fase de recebimento das propostas.



5.2. O licitante deverá cadastrar e encaminhar, de forma concomitante, sua Proposta de Preços e sua Proposta Técnica, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando-se os seguintes procedimentos:

5.2.1. O licitante cadastrará sua **PROPOSTA DE PREÇOS** mediante o preenchimento, **no sistema eletrônico**, do seguinte campo obrigatório:

5.2.1.1 Valor total da Proposta (em moeda corrente nacional).

5.2.2. Após o cadastramento do valor, o licitante deverá anexar, de forma concomitante, e em **campo próprio no sistema eletrônico**, os documentos correspondentes à **PROPOSTA DE PREÇOS** e **PROPOSTA TÉCNICA**, observados os seguintes requisitos:

5.1.1.1 A **PROPOSTA TÉCNICA** deverá ser encaminhada por meio do sistema eletrônico, contendo os requisitos e elementos previstos no **ANEXO VII**, conforme com o disposto no **item 4.2** deste Edital.

5.1.1.1.1 O julgamento da Proposta Técnica será realizado de acordo com os critérios e parâmetros estabelecidos no **ANEXO VII** deste Edital.

5.1.1.2 A **PROPOSTA DE PREÇOS** deverá ser encaminhada por meio do sistema eletrônico, contendo todos os documentos e informações exigidos nos **ANEXO III, V e VIII**).

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas neste Edital.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.7 As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado



em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.7.1 Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.7.2 Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.10 Os licitantes devem respeitar os **preços máximos** estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.11 O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes **poderão retirar ou substituir** a proposta técnica e a proposta de preços, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.



6.4 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “fechado”, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

6.5 Os procedimentos se darão da seguinte forma:

6.5.1 Os licitantes apresentarão simultaneamente as propostas de técnica e de preço, observado o disposto no art. 33 e no § 1º do art. 36 da Lei 14.133/21.

6.5.2 A partir do horário previsto no edital de licitação, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema

6.5.3 Não haverá a etapa de lances.

6.6 Iniciada a sessão pública, o agente de contratação, deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do art. 37 da Instrução Normativa nº 02 de 07 de fevereiro de 2023.

6.7 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.8 O licitante concorrerá com o valor de sua última proposta apresentada até a abertura da sessão pública.

6.9 Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.9.1 **Proposta final**, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.9.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.9.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.9.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.9.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.9.5.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.9.5.2. empresas brasileiras;

6.9.5.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; 5.12.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.10 Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.11 Após análise e julgamento das propostas técnica, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.11.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.11.2 A negociação será realizada por meio de sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.11.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.11.4 É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.12 Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de abertura das **propostas**, o Agente de Contratação realizará, em conjunto com a banca de que trata o inciso II do artigo 37 da Lei nº 14.133/2021, a verificação da conformidade das propostas do licitante que obteve a maior pontuação a partir da ponderação das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preços.

7.2 As propostas técnicas e de preços de cada licitante receberão uma pontuação ponderada de acordo com o **Anexo VII – Critério de Apresentação e Julgamento das Propostas Técnica e de Preço**.

7.3 O agente de contratação informará, na sessão, prazo para análise das propostas técnicas das licitantes.

7.4 O prazo poderá ser prorrogado sempre que houver necessidade, devendo haver prévia informação às licitantes.

7.5 As propostas técnicas serão analisadas por banca designada para este fim.



7.6 Os critérios de análise estão previstos no **Anexo I – Termo de Referência**, bem como no **Anexo VII – Critério de Apresentação e Julgamento das Propostas Técnica e de Preço**.

7.7 Após análise das propostas técnicas, o agente de contratação informará as Notas Finais em campo próprio do sistema.

7.8 O cálculo da nota final seguirá o estabelecido no **Anexo I – Termo de Referência**, bem como no **Anexo VII – Critério de Apresentação e Julgamento das Propostas Técnica e de Preço**.

7.9 O sistema ordenará automaticamente as propostas de técnica e preço seguindo a ordem decrescente da Nota Final.

7.10 O agente de contratação poderá negociar proposta mais vantajosa com a empresa melhor classificada.

7.11 O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, envie a **proposta de preços ajustada à negociação**, acompanhada do CRONOGRAMA E BDI e dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.12 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no **item 2.7** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.12.1 **SICAF**;

7.12.2 [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas](#) - **CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União;

7.12.3 [Cadastro Nacional de Empresas Punidas](#) – **CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União;

7.12.4 [Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade](#) – **CNCIAI**, do Conselho Nacional de Justiça;

7.12.5 [Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas](#) – **e-Sanções**, mantido pela Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo;

7.12.6 [Cadastro Estadual de Empresas Punidas](#) – **CEEP**, mantido pela Controladoria Geral do Estado de São Paulo, e

7.12.7 **Relação de apenados**, publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

7.13 A consulta aos cadastros será realizada **em nome da pessoa jurídica** licitante e também de seu **sócio majoritário**, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).



7.14 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.14.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.14.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.14.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.15 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o **Agente de Contratação** examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.16 Será **desclassificada a proposta vencedora** que:

7.16.1 Contiver **vícios insanáveis**;

7.16.2 **Não obedecer às especificações técnicas** pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.16.3 Apresentar **preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo** definido para a contratação;

7.16.4 **Não tiverem sua exequibilidade demonstrada**, quando exigido pela Administração;

7.16.5 Apresentar **desconformidade** com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que **insanável**.

7.17 Em **contratação de obras e serviços de engenharia**, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.17.1 No regime de execução será contratação por tarefa, empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.17.2 No regime de execução de **empreitada por preço unitário**, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.17.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75%** (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independente do regime de execução:



- a) A inexecuibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do(a) Agente de Contratação, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.
- b) Se houver indícios de **inexecuibilidade** da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas **diligências**, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. E caso essa solicitação seja necessária o licitante terá **02 (dois) dias úteis** para apresentá-la.

7.17.4 Será exigida **garantia adicional** do licitante vencedor cuja **proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.18 **Erros no preenchimento** da planilha **não constituem motivo para a desclassificação** da proposta. A planilha poderá ser **ajustada** pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que **não haja majoração do preço** e que se comprove que este **é o bastante** para arcar com todos os custos da contratação;

7.18.1 O **ajuste** de que trata este dispositivo se **limita** a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.18.2 **Considera-se erro no preenchimento** da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.19 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no **Anexo I - Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1 A documentação exigida para fins de **habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira**, poderá ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**;

8.1.2 Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos nos **itens 8.21 a 8.26** deste Edital, o Agente de Contratação verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.



8.1.3 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Quando permitida a participação de CONSÓRCIO de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **30% (trinta por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por **meio digital**.

8.5.1 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da legislação vigente, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

8.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

8.7 Será **verificado** se o licitante apresentou **declaração** de que **atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

8.8 Será **verificado** se o licitante **apresentou** no sistema, sob **pena de inabilitação**, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



8.9 O licitante **deverá apresentar**, sob pena de desclassificação, **declaração** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10 Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é **imprescindível** para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme indicado no Anexo I - Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por **declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação**.

8.11 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.12 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.13 A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1 Os **documentos exigidos para habilitação** que **não estejam contemplados no SICAF** serão enviados por **meio do sistema**, em **formato digital**, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.



8.14 A **verificação no SICAF** ou a exigência dos **documentos** nele não contidos somente será feita em relação ao **licitante vencedor**.

8.14.1 Os documentos relativos à **regularidade fiscal**, especificados no **item 8.22** somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.15 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o **item 8.13.**, poderá ser admitida em sede de diligência, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas) horas**:

8.15.1 A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3 Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4 Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública

8.16 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17 Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18 Na hipótese de o licitante **não atender às exigências para habilitação**, o **Agente de Contratação** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o **prazo** disposto no **subitem 8.13.1**.

8.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.21 Em relação à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, a licitante deve demonstrar a sua capacidade de exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ela limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e,



quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, podendo ser juntado os seguintes documentos:

8.21.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.21.2 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

8.21.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.21.4 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.21.5 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.21.6 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.21.7 **No caso de Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764/1971](#);

8.21.8 Os documentos apresentados deverão estar **acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

8.22 Em relação à **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

8.22.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ** ou no **Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;

8.22.2 Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, **pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual**;



8.22.3 **Prova de regularidade fiscal** perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.22.4 **Prova de regularidade** com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22.5 **Caso o fornecedor seja considerado isento** dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.22.6 **Prova de Regularidade** relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, através de **Certificado de Regularidade do FGTS** – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

8.22.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.22.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.22.9 As provas de regularidade deverão ser feitas por **Certidão Negativa** ou **Certidão Positiva com efeitos de Negativa**. As Certidões poderão ser obtidas através de Sistema Eletrônico junto a Internet, ficando a aceitação condicionada à confirmação de sua validade por parte do **Agente de Contratação**.

8.23 Em relação à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

8.23.1 **Certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição não superior a **180** (cento e oitenta) **dias** da data de abertura do certame;

8.23.2 **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis** dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que **comproven a boa situação financeira** da empresa, **vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios**;

8.23.2.1. As **empresas criadas no exercício financeiro** da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e



poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**;

8.23.2.2. Os documentos referidos no **subitem 8.23.2** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há **menos de 2 (dois) anos**.

Observações: serão **considerados aceitos** na forma da lei os **balanços patrimoniais e demonstrações contábeis** apresentadas:

- 1) **sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):** publicados em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, na forma do art. 289; e por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- 2) **Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):** - por fotocópia do livro Diário: contendo Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício, inclusive com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;
- 3) **Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006:** - por fotocópia do livro Diário: contendo Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado do Exercício, inclusive com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;
- 4) **Sociedade criada no exercício em curso:** - fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes;
- 5) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar **assinados** por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- 6) As **empresas optantes do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)**, deverão apresentar:
 - ✓ Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPED contábil, **com o número do recibo de entrega/HASH da escrituração**);
 - ✓ Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital (impresso do arquivo SPED contábil, **com o número do recibo de entrega/HASH da escrituração**);
 - ✓ Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPED contábil, **com o número do recibo de entrega/HASH da escrituração**);



- ✓ Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPED contábil, **com o número do recibo de entrega/HASH da escrituração**).

7) A data limite de apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos exercícios financeiros de 2024 e 2023 será até o último dia útil do mês de junho. Após estas datas, o Balanço patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão ser dos exercícios de 2025 e 2024.

8.23.3 Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no Edital.

8.23.4 Para comprovação da boa situação financeira deverá comprovar **patrimônio líquido mínimo** demonstrado na forma do [art. 69, §4º da Lei Federal nº 14.133 de 2021](#), equivalente a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, ou seja: **R\$ 343.852,26** (Trezentos e quarenta e três mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e seis centavos).

8.23.5 A análise da situação financeira do licitante será avaliada pelo (s) Índice (s) de Solvência Geral (IE), Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC), maiores ou iguais a 1 (um), resultantes da aplicação da (s) fórmula (s) abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC) $\geq 1,0$

$$LC = AC/PC$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG) $\geq 1,0$

$$LG = (AC+RLP) / (PC+ELP)$$

ÍNDICE DE SOLVENCIA GERAL (IE) $\geq 1,0$

$$SG = AT / (PC + ELP)$$

ONDE:

AC = ATIVO CIRCULANTE

AT = ATIVO TOTAL

PC = PASSIVO CIRCULANTE

RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

ELP = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO



8.23.6 O atendimento dos índices econômicos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentado pelo licitante, nos termos do artigo 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

8.24 Em relação à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos, RELACIONADOS NO SUBITEM 4.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA.

8.25 Em relação às licitantes **COOPERATIVAS** será, ainda, exigida a seguinte **documentação complementar**:

8.25.1 Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o [disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764/1971](#);

8.25.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.3 O registro previsto no [art. 107 da Lei nº 5.764/1971](#);

8.25.4 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.25.5 Os seguintes documentos para a comprovação da REGULARIDADE JURÍDICA DA COOPERATIVA:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.25.5.1 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. [112 da Lei nº 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.26 **Das Outras Declarações:**

8.26.1 Declaração subscrita por representante legal da licitante, conforme modelo do **Anexo VI – Outras Declarações**, atestando que:



- a) Que a empresa atende às normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;
- b) Que a empresa no caso de utilização na execução do objeto deste instrumento de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto Estadual nº 66.819/2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;
- c) No caso de utilização na execução do objeto deste instrumento de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto Estadual nº 67.409/2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;
- d) Que se compromete a cumprir o disposto na Lei Estadual nº 12.684/2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;

8.27 O Licitante que apresentar **declaração** falsa exigida para o certame e ensejar o retardamento da licitação, estará sujeito à aplicação das **penalidades** previstas no [Decreto Municipal nº 13.877, de 2023](#), e poderá ficar impedido de licitar e contratar com a Prefeitura do Município de Osasco.

9 DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

9.2 O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

9.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4 **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**



9.5 O recurso será **dirigido à autoridade que tiver editado** o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de **contrarrrazões ao recurso** pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **Secretaria Executiva de Compras de Licitações – SECOL**, situada na Rua Narciso Sturlini, 161 – Centro – Osasco/SP.

9.11 O andamento do processo poderá ser acompanhado pelos interessados no sítio eletrônico <https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245>.

10 DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

10.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente, cuja minuta integra este Edital como **Anexo IX – Minuta de Contrato**.

10.2 O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3 O prazo do item 10.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.4 Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de **comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado**, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.4.1 Se não for possível atualizar os documentos referidos no **subitem acima** por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, comprovar a sua situação de regularidade mediante



a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

10.4.2 Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as **condições de participação no certame**, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no **item 7.1** deste Edital.

10.5 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6 **Prestação de Garantia Contratual:**

10.6.1 Será exigida a **garantia da contratação** de que tratam os [artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

10.6.2 A licitante declarada vencedora deverá apresentar, como **condição para assinatura do contrato, Garantia Contratual** no valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total do contrato**, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

10.6.2.1 **Caução em dinheiro** ou em **títulos da dívida pública** emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

10.6.2.2 **Seguro-garantia**;

10.6.2.3 **Fiança bancária** emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

10.6.2.4 título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

10.6.3 A **não prestação da garantia** equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, **caracterizando descumprimento total da obrigação** assumida e sujeitando a licitante vencedora às sanções previstas nas normas pertinentes.

10.6.4 O contrato trará maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação

10.7 O adjudicatário deverá no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista [no inciso II do § 1º, art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

10.8 Se a caução for em **dinheiro**, o valor deverá ser depositado no Banco do Brasil, agência nº. 0637-8, conta corrente nº. 73.044-0 – Prefeitura do Município de Osasco, bem com a empresa deverá identificar o depósito

10.9 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não



assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas [no art. 90 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

10.10 Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no [§ 7º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

11 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

11.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra, quando exigida;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5 fraudar a licitação

11.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



11.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

11.2 Com fulcro na [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 A **multa** será recolhida em percentual de **0,5%** (cinco décimos) a **30%** (trinta por cento) incidente sobre o **valor do contrato licitado**.

11.4.1 Para as infrações previstas **nos itens 11.1.1, 11.1.2, e 11.1.3**, a multa será de **0,5%** a **15%** do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas **nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8**, a multa será de **15%** a **30%** do valor do contrato licitado.

11.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração **de inidoneidade** para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6 Na aplicação da **sanção de multa** será **facultada a defesa** do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

11.7 A **sanção de impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas **nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o



responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do **Município**, pelo **prazo máximo de 3 (três) anos**.

11.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, em decorrência da prática das infrações dispostas **nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas **nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo **3 (três) anos** e no máximo **6 (seis) anos**.

11.9 A **recusa injustificada** do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no **item 11.1.3**, caracterizará o **descumprimento total da obrigação assumida** e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da **garantia de proposta** em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da [IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

11.10 A **apuração** de responsabilidade relacionadas às **sanções administrativas** demandará a instauração de processo de administrativo a ser pela **autoridade superior**, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e **intimará o licitante ou o adjudicatário** para, **nos prazos abaixo relacionados**, apresentar DEFESA escrita e especificar as provas que pretenda produzir:

11.10.1 **15 (quinze) dias úteis**, quando as sanções propostas forem aquelas previstas no inciso II, III e IV do art. 156 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#);

11.10.2 O prazo a que se refere ao item 11.10.1 inicia-se:

- A. da data de juntada do aviso de notificação;
- B. *da juntada do protocolo da notificação aos autos do processo administrativo;*
- C. da comprovação de recebimento da correspondência eletrônica ou da comprovação da ciência do processado.

11.11 Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das **sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar**, nos termos do art. 166 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

11.12 Caberá a apresentação de **pedido de reconsideração** da aplicação da **sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento, nos termos do art. 167 da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

11.13 O recurso e o **pedido de reconsideração terão efeito suspensivo** do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



11.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Conforme Anexo I – Termo de Referência

13 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Conforme Anexo I – Termo de Referência

14 DAS CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14.1 Conforme Anexo I – Termo de Referência

15 DO REAJUSTE

15.1 Conforme Anexo I – Termo de Referência

16 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

16.1 Conforme Anexo I – Termo de Referência

17 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

17.2 A **resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento** será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.2.1 As respostas serão divulgadas no Sistema Compras.gov e no Portal da Prefeitura de Osasco, para visualização dos interessados.

17.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por meio eletrônico, pelo seguinte e-mail: secol@osasco.sp.gov.br.

17.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

17.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será



automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

- 18.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 18.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 18.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 18.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 18.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 18.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e nos endereços eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e Portal da Transparência da Prefeitura do Município de Osasco, <https://transparencia.osasco.sp.gov.br>.
- 18.11 A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
- 18.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Planilha de Orçamento Estimativo

ANEXO III – Modelo de Apresentação Proposta de Preço



ANEXO IV – Mapas

ANEXO V – Cronograma Físico-Financeiro

ANEXO VI – Outras Declarações

ANEXO VII – Critério de Apresentação e Julgamento das Propostas Técnica e de Preço

ANEXO VIII – BDI

ANEXO IX – Minuta de Contrato

- 18.13 A data designada para a sessão pública de apresentação das propostas respeitou o prazo mínimo de **35 dias úteis**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do edital de licitação no PNCP.
- 18.14 Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes, ocasião em que as retificações serão publicadas no sítio eletrônico oficial do município: <https://transparencia.osasco.sp.gov.br>.
- 18.15 Nos termos do [artigo 40, do Decreto Municipal nº 13.877/23](#), a publicidade e o acesso ao inteiro teor deste Edital serão garantidos mediante:
- 18.15.1 Divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do [art. 54 da Lei Federal nº 14.133/2021](#);
- 18.15.2 Publicação de extrato do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas, na Imprensa Oficial do Município, bem como em jornal diário de grande circulação, nos termos [do § 1º art. 54 da Lei Federal nº 14.133/2021](#);
- 18.15.3 Divulgação do instrumento convocatório no sítio eletrônico oficial do Município de Osasco.

Osasco, 03 de fevereiro de 2026

Gelso Lima

Secretário de Habitação